



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JULIANA MARIA DA SILVA GONDIM

**DAS RUAS Á SALA DE AULA: SAÚDE MENTAL DO POLICIAL DE PRAÇA E NA  
DOCÊNCIA**

Juazeiro do Norte  
2020

JULIANA MARIA DA SILVA GONDIM

**DAS RUAS Á SALA DE AULA: SAÚDE MENTAL DO POLICIAL DE PRAÇA E NA  
DOCÊNCIA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte  
2020

JULIANA MARIA DA SILVA GONDIM

**DAS RUAS Á SALA DE AULA: SAÚDE MENTAL DO POLICIAL DE PRAÇA E NA  
DOCÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 11/07/2020

BANCA EXAMINADORA

---

LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES  
Orientador(a)

---

SILVIA MORAIS DE SANTANA FERREIRA  
Avaliador(a)

---

INDIRA FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA  
Avaliador(a)

## DAS RUAS Á SALA DE AULA: SAÚDE MENTAL DO POLICIAL DE PRAÇA E NA DOCÊNCIA

Juliana Maria da Silva Gondim<sup>1</sup>  
Larissa Vasconcelos Rodrigues<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho ocupa um lugar essencial na vida do sujeito, para manutenção das suas necessidades básicas e para sua conformação pessoal e interações sociais. Diante dessas questões o trabalho do Policial Militar consiste em preservar a ordem e a proteção dos indivíduos. O mesmo também pode ocupar o papel de professor em instituições militares, nunca deixando de cumprir seus deveres como Militar. O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o impacto gerado na saúde do policial mediante a sua mudança de cargo. No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa é qualitativa de caráter descritivo-exploratório, utilizando análise de material bibliográfico a partir de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como a utilização de autores clássicos. Sublinha-se a imprescindibilidade de tratar de temas relacionados à saúde do trabalhador, saúde mental e adoecimento no ambiente de trabalho reafirmando o compromisso ético-político da ciência psicológica a um olhar atento aos fenômenos sociais. Logo, contribuindo para pesquisas relacionadas com saúde-doença-trabalho.

**Palavras-chave:** Policial de praça. Professor. Colégio Militar. Saúde Mental.

### ABSTRACT

Work occupies an essential place in the individual's life, to maintain their basic necessities and for their personal conformation and social interactions. With these questions in mind the work of the police officer consists in preserving the order and protecting the individuals. They can also occupy the role of teacher in military institutions, never leaving behind their duty as a part of the military. This paper has as its general goal to comprehend the impact generated in the health of the police officer in face of the change of their position. When it comes to methodological aspects, the research is qualitative with descriptive-exploratory character, using analysis of bibliographic material from books, scientific articles, master's dissertations and doctorate's thesis, as well as the use of classical authors. It is reinforced the indispensability of discussing themes related to the worker's health, mental health and illness in the work environment, reaffirming the ethical-political compromise of psychological science to a critical look to the social phenomenons. Therefore, contributing to researches related to health-illness-work.

**Keywords:** Police officer. Teacher. Militar School. Mental Health.

---

<sup>1</sup>Discente de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO – Juazeiro do Norte -CE. Email: julygondim5@gmail.com

<sup>2</sup>Orientador e Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO – Juazeiro do Norte -CE,. Email: larissavasconcelos@leaosampaio.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a atuação do policial de praça é de grande estresse e alvo de vários adoecimentos mentais durante o processo de formação e na atuação (PELEGRINI *et al*, 2018). Em 2010 foram concedidas 4.325 licenças médicas dadas pela coordenação de perícia médica do governo do estado do Ceará, e em 2011 nos primeiros cinco meses foram afastados 2.085 policiais registrados de licença médica. Diante desses fatos é dada 13 licenças diariamente para esses profissionais (JORNAL O POVO, 2011). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2011) considera a profissão docente como uma das mais estressantes, com elementos que conduzem a alguns transtornos como a síndrome de Burnout (SB). Partindo dessas informações os policiais militares podem ocupar outro cargo, como de um professor militar, nas escolas militares do Brasil.

O primeiro colégio militar no Brasil foi instalado mediante ao decreto nº-10202, de 09 de março de 1889, foi criado para órfãos de militares que tombaram na batalha do Paraguai. O policial militar pode lecionar em colégios militares se houver uma indicação ou chamado de algum superior ou comandante. Para isso, o mesmo é retirado do seu posto anterior, como policial de praça/ronda e ingressa no colégio, mas ele não é exonerado das suas atribuições como militar, ele ainda segue as leis do exército Brasileiro, ele é um militar professor.

O corpo docente dessa instituição é composto por professores militares e professores civis. Ao Professor militar é importante ressaltar que além de ocupar o cargo como professor ele ainda tem que cumprir suas obrigações como Militar, ou seja, cumprindo ordens vindas do comando/diretor pois mesmo em outro cargo ele não é exonerado dos seus atributos anteriores. Mesmo de folga, deve participar de eventos em qualquer horário ou dia sem questionamentos, seus horários são programados por escalas, e devem estar disponíveis para chamadas a qualquer momento. Portanto, temos um profissional multitarefas com várias responsabilidades, são muitas funções para uma pessoa e acaba gerando adoecimento.

Dessa maneira, a pesquisa traz análises dos impactos que são gerados na saúde mental do policial mediante mudança de seu ambiente profissional. O trabalho propõe debater a respeito da saúde mental desses sujeitos mediante sua atuação nos dois contextos citados, gerando uma discussão socialmente relevante. Ressalta-se a necessidade de refletir sobre saúde mental do policial nas suas duas atribuições, traçando os quesitos: trabalho, saúde mental do trabalhador, estresse, sobrecarga de trabalho.

Quanto a relevância acadêmica e pessoal, sublinha-se a imprescindibilidade de tratar de temas relacionados à saúde mental e adoecimento no ambiente de trabalho, e também de poder contribuir para a produção de estudos nacionais, e a promoção de discussões acadêmicas. É importante salientar que além dessas questões, destaca-se que em meio a uma vivência pessoal, transpassa um desejo em contribuir para a produção de conhecimento acerca desse estudo, podendo ajudar tanto o campo prático quanto campo técnico da psicologia.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa implica em compreender o impacto da mudança de cargo do policial de praça para militar professor e como compromete diretamente na sua vivência. Para o alcance de tal o trabalho desenvolve-se a partir dos seguintes objetivos específicos: elencar as atividades do policial de praça e do professor e compreender as consequências das atividades de ambos os cargos na saúde do trabalhador. Com a finalidade de cumprir os objetivos propostos, o presente trabalho possuirá caráter qualitativo, e será utilizada como estratégia metodológica a abordagem descritiva. Segundo Gil (2008), uma pesquisa descritiva possui o intuito de descrever características sobre determinado fenômeno ou população, ou ainda estabelecer relações entre variáveis.

O desenvolvimento da pesquisa ocorrerá por meio de análise de material bibliográfico a partir de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como a utilização de autores clássicos no que dizem respeito à temática de estudo, sendo utilizados para a busca de termos considerados chaves sobre o conteúdo abordado, sendo estes “saúde mental”, “professores” e “policial de praça”.

## **2 SAÚDE DO TRABALHADOR**

Com o crescimento do número de trabalhadores, por volta dos anos de 1970 nas indústrias do Brasil, ocorreu também a procura de novas jornadas de trabalho e a busca de melhores salários. Assim surgiram os movimentos em prol da melhoria das condições de trabalho e saúde dos mesmos (GOMES; VASCONCELLOS; COSTA, 2018).

A saúde do trabalhador é considerada como uma prática teórica que contém equipes multiprofissionais e também trabalhadores, buscando colocar as técnicas a disposição dos mesmos, tendo como participante principal a classe trabalhadora das indústrias, tanto rurais, como de serviços, organizados politicamente. (SATO, 2006; LACAZ, 2006; BERNARDO, 2006 APUD LACAZ, 1996). Ou seja, para que as ações voltadas para a saúde do trabalhador possam funcionar precisa de um trabalho em conjunto.

Através dessas reivindicações dos trabalhadores foram criados programas de saúde do trabalhador (PST) com participação dos mesmos, principalmente nas ações de vigilância nas empresas. Essas ações têm como foco segundo Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho (PNSST) (2011), nas quais algumas diretrizes compreendem: promover estudos e pesquisas em segurança e saúde do trabalhador, aplicação de ações visando incluir os trabalhadores no sistema de promoção à saúde.

Por meio da Portaria GM/MS Nº. 1679, de 19 de setembro de 2002, foi criado o Centro de Referência em Saúde do trabalhador (CEREST), tem como objetivo expandir a Rede Nacional de Atenção à Saúde dos Trabalhadores (RENAST), agregando os serviços do SUS. Tem como objetivo prevenir, controlar e enfrentar, utilizando estratégias integradas e eficientes, aos problemas de saúde coletiva, como acidentes ligados ao trabalho, mortes e doenças. Com a finalidade de proteger o trabalhador e garantir seus direitos.

Portanto, diante de várias lutas em prol a melhoria das condições de trabalho, fica evidente a importância que o profissional exerce, além de ter direito a ter voz ativa e valorização. Com as lutas foram criando os centros voltados a saúde do trabalhador que até hoje esses sujeitos lutam para manter.

### **3 FORMAÇÃO DO POLÍCIAL MILITAR**

A carreira do policial militar tem início mediante aprovação em processo seletivo decorrente de concurso público. Constituído por exames eliminatória, com aptidões intelectuais, psicológicas, físicas, antropométricas de saúde, sociais e documentais. Cattani (1997) relata que a formação desse profissional e referido a todo um conjunto educativo, que possa possibilitar ao profissional desenvolver diversos conhecimento tanto práticos como teóricos relacionados a sua atuação e produção de serviço.

Segundo o Estatuto do Policial Militar do Estado do Ceará (2006) o papel do mesmo consiste em primar o zelo, honestidade e correção de propósitos com a finalidade de proteger a sociedade e os bens públicos e privados, reduzindo as questões ilícitas penais, as transgressões administrativas e passando segurança para a população. Atualmente, os Policiais Militares além de suas atribuições constitucionais, estão desempenhando outras atribuições, podem influenciar diretamente ou indiretamente no cotidiano das pessoas, seja orientando, atuando como professor, diminuindo conflitos e colaborando com todos os segmentos da comunidade.

Segundo Azevedo *et al* (2017) o policial veio representando as ações do governo para preservar a ordem e a proteção dos indivíduos. Durante os anos a polícia sofreu mudanças até

se configurar hoje, como legítima representante do Estado, no que diz respeito à manutenção da ordem pública e judiciária e tendo a função de garantir a tranquilidade e a proteção da sociedade. A Polícia militar é administrada por uma hierarquia, tendo um comandante e seus integrantes de patentes mais baixas, os mesmos garantem respeito, obediência e lealdade aos seus superiores, sempre acreditando fielmente nas decisões tomadas pelos mesmo sem contestar.

Existem dois pilares inseparáveis na carreira militar: hierarquia e disciplina. A hierarquia segundo Minayo; Souza; Constatino (2008) é primordial durante a divisão de trabalho, podendo assim designar papéis, status e tarefas que determinam condutas e estruturam relações de comando-subordinado. Segundo o Estatuto do policial militar do estado do Ceará (2006) a hierarquia é definida como ordenação progressiva de autoridade em graus diferentes, da qual é demandada a obediência dos oficiais ao comando.

Essa estrutura hierárquica é composta por insígnias usadas em seus uniformes. Na polícia militar a hierarquia é dividida em praças ou rua, oficiais e o comando. As classes dos oficiais são ordenadas de acordo com seu posto, e os de rua que são classificados por graduações, e divididas conforme o nível de responsabilidade e qualificação profissional. (MINAYO; SOUZA; CONSTATINO, 2008)

Outro conceito bastante importante nesse contexto é a disciplina, que não importa o lugar que esse sujeito esteja inserido, a disciplina é trabalhada durante a graduação e atuação desse profissional. Esses dois conceitos estão bem presentes principalmente no colégio militar é definida segundo o Art. 9º do Estatuto dos Militares do Estado do Ceará (2006) traz que a disciplina militar se deve ao cumprimento dos deveres, seguindo rigorosamente o acatamento integral das leis, regulamentos, ordens e normas por parte e de cada um dos integrantes da corporação militar. Ou seja, as ordens impostas pela lei e seu superior tem que ser acatada, ou haverá punição.

Diante dessas questões sobre hierarquia o Estatuto do Policial Militar do Estado do Ceará (2006) pontua que o comandante geral é responsável pela instituição e também pelos militares no local e ainda pelo comando, administração e pelo emprego da corporação, nomeado como chefe do poder executivo, dentre os Coronéis da ativa diplomados em Curso Superior de Polícia, pertencentes ao quadro de oficiais policiais militares.

O comandante geral é acompanhado pelo Estado Maior, é responsável por algumas ações como, orientação, planejamento, coordenação, fiscalização, além de estudos e controle das atividades da PM, cabendo-lhe a formulação de diretrizes, assim como ordens e normas para a ação do superior na ativação dos órgãos de apoio e de execução, para cumprir suas

missões. O comando tem um peso superior de atividades, e quando há uma falha o mesmo é responsabilizado pelo erro, mesmo não sendo proveniente dele, pela atribuição de liderar estratégias e ação para seu pelotão (ESTATUTO DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, 2006)

Diante das questões expostas anteriormente, a hierarquia da Polícia Militar é composta por: Oficiais Superiores: Coronel, Tenente Coronel e Major; Oficial Intermediário: Capitão; Oficiais Subalternos: Primeiro Tenente e Segundo Tenente; Praça Especial: Aspirante-a-oficial, Aluno-oficial ou Cadete (de 4º a 1º ano); Praça Graduado: Subtenente, Primeiro Tenente, Segundo Tenente, Terceiro Tenente; e Praças: Cabo, Soldado 1ª Classe, Soldado 2ª Classe e Soldado PM Temporário.

Quadro 1 – Círculo de poder hierárquico da Polícia Militar

Círculo dos Oficiais	Círculo das praças	Abreviatura
Oficiais superiores	Coronel PM	CEL PM
	Tenente-coronel PM	TEN CEL PM
	Major PM	MAJ PM
Oficial intermediário	Capitão PM	CAP PM
Oficiais subalternos	1º Tenente PM	1º TEN PM
	2º Tenente PM	2º TEN PM
Círculo das praças especiais	Graduação	Abreviatura
Praças especiais	Aspirante a oficial PM	ASP OF PM
	Cadete PM	CAD PM
Círculo das praças	Graduação	Abreviatura
Praças	Subtenente PM	SUB TEN PM
	1º Sargento PM	1º SGT PM
	2º Sargento PM	2º SGT PM
	3º Sargento PM	3º SGT PM
	Cabo PM	CB PM
	Soldado PM	SD PM
Praças	Aluno do Curso de Formação de Soldados (recrutas)	AL CFSd

Fonte: PMERJ, 2007.

Fonte: MPP, 2008.

O quadro acima mostra como se distribui os cargos dos policiais militares e os postos de cada um na hierarquia militar. Desse modo, os oficiais são responsáveis diretamente pelo

exercício do comando e da chefia e também da direção das organizações militares estaduais, sendo treinado para assumir cargos superiores, enquanto cabos e soldados são preparados para execução e cumprimento ordens (ESTATUTO DOS MILITARES ESTADUAIS DO ART.44; 45, 2016). Perante a imagem e discussão acima, é nítido quem pensa, quem manda e quem executa, advindas do modelo taylorismo e do fordismo que vem sendo alvo de várias críticas durante anos. (MINAYO, 2008; CONSTANTINO, 2008; SOUZA, 2008 *apud* MINAVO, 2004; MINAYO-GOMEZ; LACAZ, 2005)

De acordo com o que foi apresentado, o policial passa pela institucionalização que segundo Goffman (1974) esse processo se dá quando o sujeito ingressa em uma instituição como os quartéis ou academia militar. Em seguida se inicia o processo de institucionalização, através do qual o indivíduo se torna membro, e são apresentadas as regras que devem ser seguidas, rotinas diárias, horários que devem ser cumpridos por todos os funcionários, todas essas mudanças ferem esse sujeito. Após todo o rito de entrada, esse sujeito se submete a ordens sem questionamentos, apenas a execução das tarefas, muitas vezes repetitivas e cansativas.

#### **4 O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR**

O trabalho sempre ocupou um papel importante nas nossas vidas, garantindo renda. Quando esses sujeitos se deparam com a ameaça de perder esse direito ou de pensar na falta de trabalho acaba gerando sofrimento (KARASEK; THEORELL, 1990; DELCOR et al., 2004). Não só essas questões em que muitas vezes assumem cargos sem a preparação necessária geram sofrimento, mas também a precariedade no ambiente de trabalho. O trabalho desprovido de significado, onde apenas recebem ordens, e executam as mesmas, se torna algo robotizado, além de não ser reconhecido, não ter suporte social, sem comunicação espontânea, podendo ser fonte de sofrimento mental (BRASIL, 2001).

A divisão de trabalho dos policiais militares é considerada um ambiente constituído de inúmeros conflitos, incluindo pressão, estresse intenso, além de lidar com a criminalidade e violência constantemente quando estão em campo, em alguma ação específica (FERREIRA, 2009; MINAYO E CONSTANTINO 2008; MINAYO E SOUZA, 2003). Diante dessas situações, e da ação dos mesmos, pode refletir diretamente na saúde mental e física e no desempenho desses profissionais.

Em um estudo sobre as condições de trabalho e a morbidade referida por Policiais Militares (PM) do Recife-PE, feito por Ferreira, Bomfim e Augusto (2012), trouxe resultados bastante relevante e corroborando com o que foi exposto anteriormente, o tópico relacionado

ao trabalho onde 60,1 % a 74,3 dos participantes trouxeram vários aspectos negativos, como trabalho repetitivo, pouca liberdade para decidir algo, ritmo de trabalho acelerado, esforço físico em excesso, realização de atividades físicas rápidas e contínuas, ter que permanecer por longos períodos em posições inadequadas e incômodas de corpo. Segundo Moraes e Sá (2016) em uma entrevista com um soldado, onde o mesmo relata questões de subordinado e superior, em algumas situações esses superiores trocam a sua autoridade com autoritarismo, e utiliza desse poder para se beneficiar.

O mesmo relata das pressas que são dadas nas patentes baixas e vai descendo até chegar no soldado, e que o mesmo desconta ou utiliza como válvula de escape a sociedade que não tem culpa. O grande abuso de poder durante a formação desses sujeitos, onde são treinados com violência é refletido na sua prática por profissionais totalmente despreparados para lidar com a violência, descartando dialogo e indo direto a punições.

Fraga (2006) descreve os elementos que constitui o trabalho da PM como mostra no quadro abaixo.

Variáveis	Aspectos
Processo	a pé, motorizado, embarcação, de bicicleta, aéreo, montado;
Modalidade	patrulhamento, permanência, diligência, escolta;
Circunstância	ordinário, especial, extraordinário;
Lugar	urbano, rural
Desempenho	atividade de linha, atividade auxiliar;
Duração	turnos, jornadas;
Efetivo	individual, dupla, trio, grupamento, pelotão, companhia ou esquadrão, batalhão ou regimento;
Forma	desdobramento, escalonamento;
Tipo	rodoviário, trânsito, geral, ambiental, de guardas, comunitário, operações especiais ou outros;
Suplementação	cães, rádio transceptores, armamentos e equipamentos peculiares ou outros meios.

**Quadro 1:** Variáveis e aspectos do policiamento ostensivo exercido pelos policiais militares.  
Fonte: Adaptado do Manual Básico de Policiamento Ostensivo da Brigada Militar, 1999.

Fonte: PTPM

Podemos observar que há uma variedade no processo de trabalho que pode mudar de acordo com a necessidade durante a ação do policial, podendo iniciar com o transporte e acabar em uma perseguição a pé. A modalidade varia de acordo com a ocorrência, planejada ou não, que pode alterar de patrulhamento a uma escolta. No caso do patrulhamento ele pode mudar de

uma patrulha tranquila sem chamadas, a uma perseguição que pode durar mais do que o esperado. Ou seja, o trabalho do policial é desenvolvido com a finalidade para executar a segurança da sociedade é um trabalho de impreciso pois pode mudar de rumo muito rápido e se tornar algo ostensivo e incerto, sempre saber se volta para casa vivo ou não (FRAGA, 2006).

Entrando nas horas de trabalho desse profissional, o mesmo é feito por escala e com antecedência, podendo ser 6 horas de trabalho e 18 de folga e vai variando como 24 por 72, mas sabemos que sujeito a alterações. Mesmo de folga se ele receber um chamado vai comparecer (SANTOS, 1997). Como já foi discutido anteriormente a jornada de trabalho desse profissional pode mudar a qualquer momento.

Essa disponibilização de ação por 24 horas para o estado, está exposta no artigo 31 do Estatuto dos Servidores Militares (1997), que discorre sobre compromisso do policial, envolvendo todas os níveis hierárquicos, para total comprometimento a segurança da comunidade, mesmo estando sujeito ao sacrifício da própria vida. Essa disponibilização total ao trabalho pode gerar adoecimento, levar ao sujeito a exaustão.

Dejours (1988) discorre sobre o sofrimento no trabalho, que tem início quando a relação homem-organização está em conflito, o trabalhador acaba usando todos os seus artifícios para lidar com esse conflito e com a organização, mas acaba não conseguindo. Ou seja, o policial por viver em uma hierarquia e receber ordem e obedecê-las mesmo não concordando com a ação, tem que acreditar no comando do seu superior. O trabalho segundo Barreto (2006), Lima (2005), Costa (2005), Martinez e Paraguay (2003) o consideram como construtor da identidade subjetiva dos trabalhadores.

Alguns autores como, Amador et al (2002); Souza & Minayo, 2005; Minayo, Souza & Constantino, 2007, trazem que o adoecimento dos policiais militares é decorrente das atividades que exercem, e de alguns fatores, como violência diária do trabalho, precessão que os mesmos sofrem, o trabalho repetitivo, várias horas na mesma posição. Murta (2008) descreve sobre o trabalho prescrito e que o mesmo pode gerar adoecimento, ou seja o prescrito é alienante porque não foi construído pelo trabalhador. Quando esses sujeitos no caso do Policial militar se deparam com a hierarquia e a disciplina, algo que não pode ser quebrado, prestar total obediência, sem questionar seus superiores, tira do sujeito suas escolhas, de dar opiniões, e fere sua subjetividade. Esses fenômenos podem contribuir para adoecimento mental e físico desses sujeitos.

Alguns estudos apontam que o estresse e problemas emocionais estão ligados ao alto índice de suicídio, divórcio, alcoolismo desses profissionais. (SILVA, VIEIRA, 2008; PORTELLA, BUGAY, 2007; FINN, 1997). Para poder cuidar desses sujeitos existem ações

específicas para os policiais militares, temos o centro biopsicossocial da PM que consiste em uma unidade que promove tratamentos para Policiais que precisam de algum auxílio financeiro, ou foram afastados por questões de saúde física ou mental (MORAES; SÁ, 2016). Esses centros oferecem diversos tratamentos, como psicoterapia individual, terapias coletivas, palestras de cunho motivacional, práticas esportivas que, segundo Moraes e Sá (2016) são ministradas por estudantes de educação física, as vezes alguns soldados da polícia militar que tem a formação no curso e por último temos o acompanhamento que a equipe multiprofissional exercem, como visitas domiciliares e inspeções nos quartéis.

Muitos Policiais que não procuram ou não tiveram contato com o atendimento psicológico, acabam expondo pensamentos preconceituosos para as pessoas que frequentam o centro biopsicossocial (CBS) os chamando de “loucos”. Sales e Sá (2016) *apud* Goffaman (1988) relata sobre o estereótipo da “loucura” que é constantemente alocada ou posta nos policiais militares que estão em tratamento no CBS. Esse estigma acaba marcando o sujeito, podendo criar resistência quando precisar do auxílio.

Diante das questões expostas anteriormente, destacamos como funciona o centro biopsicossocial da PM. É importante enfatizar que por volta de 2010 foram concedidas 4.325 licenças médicas dadas pela coordenação de perícia médica do governo do estado do Ceará, e em 2011 por volta dos primeiros cinco meses foram afastados 2.085 policiais registrados de licença. Aproximadamente é dada 13 licenças diariamente para esses profissionais (JORNAL O POVO, 2011 APUD MORAES; SÁ 2016).

Logo, o trabalho do PM é de grande estresse, o mesmo tem que estar em alerta praticamente 24 horas por dia estando em serviço ou não, pois é um trabalho extremamente perigoso pois é um trabalho extremamente perigoso por lidarem diretamente com a criminalidade e violência nas ruas e dentro dos quartéis. O fato deles seguirem uma disciplina e hierarquia extremamente rígidas, esses trabalhadores de patentes mais baixas recebem o impacto ainda maior, onde não e onde não é relevante sua opinião, os mesmos são locados como robôs, que estão ali apenas para cumprir ordens. Esses sujeitos sente o impacto dessa falta de comunicação no trabalho, falta de preparo para as ações nas ruas, condições favoráveis para as coes, as vezes esses soldados e os praças descontam toda essa pressão, nos cidadãos, tendo uma prestação de serviço péssima.

## **5 ESCOLAS MILITARES**

Foi a partir de marquês de Herval e Duque de Caxias que surgiu o primeiro colégio militar voltados para órfãos de militares que tomaram na batalha do Paraguai. Foi por meio do decreto nº 10202, de 09 de março de 1889 que se instalou o primeiro colégio militar no Brasil, que foi dado o nome de Colégio Militar da Corte, atualmente é conhecido como Tradicional Colégio Militar do Rio de Janeiro (NOGUEIRA, 2014).

Como foi mencionado-a acima o público desse colégio seria específico e Souza (2016) traz que essa escolha tem caráter assistencial, corroborando com o que Figueiredo e Fontes (1958) mencionam, os alunos que devem frequentar o colégio seria os filhos e netos de militares falecidos ou inutilizados, que ficaram debilitado após a guerra. Percebemos que mesmo de forma implícita, teria uma intenção pré-vocacional, ou seja, com o objetivo de incentivar os alunos a carreira militar, a escola e todo seu espaço físico já retrata um quartel e os professores que residem na instituição, quase todos são militares. Até então no Colégio Militar (CM) era permitido apenas meninos e em 1989 permitiram o ingresso de meninas em seu quadro de alunos.

O Colégio Militar (CM) tem com proposta pedagógica ensino com práticas atuais, mas é considerado como tradicional, pois segundo Vieira (2007) o colégio insere como meta instigar os alunos a descoberta das próprias autorealizações, potencialidades e qualifica-los para o trabalho e adequá-los para ser um bom cidadão, com costumes e valores segundo as tradições do Exército Brasileiro.

Para entrar no colégio militar é feito um exame de seleção publica, boa parte dos alunos discentes são formado por filhos de oficiais, militares e suboficiais das forças armadas e do exército que segundo Souza (2016) esses jovens servem na ativa na reserva. O corpo docente dessa instituição é selecionado através de concurso público, são servidores civis do governo, também está crescendo bastante o número de professores militares, suboficiais, oficiais que ingressaram na carreira de professores oficiais de carreira formados na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN e professores do quadro de oficiais temporários do exército, denominados Oficiais Técnicos Temporários – OTT, entraram também nas instituições de formação de militar como a Escola de Sargentos das Armas – ESA e a ESAEX - Escola Superior de Administração do Exército.

Hartmann e Becker (2019) traz que no colégio militar tinha seu próprio corpo docente, com o passar dos anos ocorreu uma ampliação desse perfil docente e eventualmente permite que tanto civis e militares pudessem atuar como professores, foi no caso da escola militar do Rio de Janeiro, que iniciou essa variedade. A partir dessas mudanças se inserem os oficiais e praças atuando como professores temporários que de fato são de grande impacto nas práticas

de ensino e pedagógicas pois se instaura um sistema com normas, valores e objetivos que estão alinhados ao Exército Brasileiro em seu corpo docente (HARTMANN , BECKER, 2019).

Quando o policial militar se insere em uma instituição de ensino atuando assim como professor há algumas diferenças entre ele e um professor civil, como remuneração e direitos. Cada um possui legislação própria e as expectativas desses profissionais são diferentes, mas todos esses aparatos devem estar conjugados com a mesma proposta pedagógica. Esses profissionais segundo Hartmann e Becker (2019) estão submetidos as atribuições de um militar do Exército Brasileiro, esse militar de carreira ou temporários, independente do posto que o mesmo ocupa, ou seja, função ou graduação eles estão submetidos as funções de um PM, por exemplo, processos administrativos, escalas ou rotina de serviços, participação dos eventos da instituição solicitadas pelo Comandante/Diretor. Os policiais além de serem professores tem que cumprir seus deverem como militares como foram descritas a cima, podendo até mesmo serem transferidos para outro colégio militar que seja no território Brasileiro ou um quartel.

Catine (2003) em suas pesquisas, mostra que na APEOESP - Associação dos Professores do ensino do estado de São Paulo (2003) foram coletados dados que demonstra que a jornada de trabalho no Brasil dos professores está entre 45 horas/ aula semanais. Outro estudo feito por Reis (2006) relata que boa parte dos professores de rede municipal chega a possuir 35 horas/aula ou superior a esse horário, e o mesmo também traz que esse é um dos motivos que levam as queixas prevalente de nervosismo e cansaço mental desses profissionais.

Quanto ao militar professor tendem a cumprir as duas obrigações em paralelo, como chamadas fora do horário do expediente, escaladas de representações que acaba implicando nas horas de trabalho desses profissionais, fora as atividades extraclasse, que implica para os dois profissionais, ou seja, os professores civis, as atividades extra consiste em: preparação das aulas atendimento aos alunos e reuniões e ao professor militar que absorve todas essas atribuições (VIEIRA, 2007).

Vieira (2007) traz em sua pesquisa que a hipótese existente dos níveis de SB entre os professores civis e militares são verídicos pois segundo seus dados da amostra, apresentou alto nível de Burnout, com 47,6% em profissionais que lecionam a 6 a 10 anos e tem uma jornada de trabalho entre 11 a 15h/a. A também a porcentagem de 43,2% diante da despersonalização, Vieira (2007) discorre sobre, relatando que essa despersonalização pode ser uma tentativa lidar com o impasse de ser professor e militar pela eliminação dos dados. Ha uma diferença de relação dos professores militares voltado aos alunos, onde um ocupa o lugar de poder e os alunos estão em um nível a baixo, não pode demonstrar afeto, devem está sempre em alerta, esse profissional não pode abaixar sua guarda. Toda essa construção de relações desse profissional

está inserida na construção do Pm, com esse distanciamento, como cada um deve se comportar de acordo com seu posto.

A Síndrome de Burnout de fato se relaciona bem com os descritos dos autores trabalhados, onde podemos observar um esgotamento físico e psicológico diante das atividades no trabalho como traz Hartmann e Becker (2019) que relata sobre as atribuições do Pm fora as atividades que esses profissionais têm ao trabalhar como docente. As escolas militares trazem o peso de uma carreira militar, voltada a disciplina, a ordem uma hierarquia para seguir, onde acaba despindo a todos que estão inseridos nesse ambiente e inserindo esse regime. Moraes e Sá (2016) expõe que as horas extra que o PM tem que cumprir gera desmotivação, pois a uma baixa remuneração, quando tem, sem o treinamento necessário para cumprir tal ação.

Assim entrando em um campo de atuação do PM que são as escolas militares, onde o mesmo pode atuar como professor se tiver as qualificações para o cargo. Conforme os dados apresentados acima já existe um grau de adoecimento na atuação do PM, e quando começa a atuar em outra área, que também já tem um grau de adoecimento relevante, ao assumir o cargo tem que lidar com todas as horas em sala de aula, participar de reuniões, planejamento de aula, e outras atribuições, o profissional ainda tem que cumprir suas obrigações como militar, pode receber chamadas a qualquer momento inclusive fora do horário de trabalho, seguir as escalas estabelecidas pelo comando, obedecer seu Comando quando for solicitado. Diante dessas questões podemos observar a sobrecarga de atividades voltadas a esse profissional, e as consequências para a mesma, pode gerar, cansaço extremo, estresse, problemas para dormir, podemos até comparar esse profissional como um robô, é uma cobrança extrema e ainda é imposto ao mesmo para não adoecer.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Historicamente, percebe-se que as dimensões laborais são de extrema importância para o ser humano, mas o ambiente de trabalho não se mostra favorável ou adequado para o trabalhador. Assim, o trabalhador para a melhoria das condições de trabalho vivenciou uma série de revoluções industriais, até conseguiram seus direitos através da criação de políticas de assistência voltadas a saúde do trabalhador. Uma história marcada por salário inadequado, instalações precárias, o clima organizacional e as condições de trabalho não eram suficientes, além das horas excessivas de trabalho que geravam tanto consequências físicas, como mentais.

Partindo desse pressuposto, bem como o de que são necessárias instâncias reguladoras dos processos sociais pelo estado, o policial militar tem um papel fundamental em nossa

sociedade como servidor público, protegendo e oferecendo segurança social. Esses sujeitos seguem rigorosamente dois pilares: hierarquia e disciplina que não podem ser violadas. Durante sua formação esses sujeitos passam por um processo chamado de institucionalização que consiste em um processo se dá quando o sujeito ingressa em uma instituição como os quartéis, no caso do pm. assim, logo se inicia o processo de institucionalização, no qual o indivíduo se torna membro da instituição e são apresentadas as regras que devem ser seguidas, rotinas diárias, horários que devem ser cumpridos por todos os funcionários. Esse policial de praça tem uma rotina de trabalho bastante exaustiva e incerta pois ficam por muito tempo em uma posição específica e dependendo da ocorrência, tem que estar em alerta o tempo inteiro por lidar com a criminalidade e violência nas ruas. Essa tensão o acompanha por todo o seu dia e esse sujeito não consegue relaxar em nenhum ambiente.

Outro fator consiste nas horas de trabalho instáveis, pois podem sair para uma ronda noturna ou está de folga e acontecer uma perseguição ou um chamado de urgência que pode durar dias, o que leva a esse medo da incerteza de voltar para casa. Esses profissionais passam por grande estresse durante o trabalho, lidam com a exaustão intensa, não tem tempo para cuidar da sua vida pessoal, além de terem que lidar com a constante violência e não conseguem relaxar. Ainda há outra problemática, que é a falta de comunicação do comando com os militares de patentes mais baixas, praças e soldados, pois os mesmos foram treinados para seguir ordens, e seguem automaticamente, sem questionar.

Eles não querem que esses sujeitos tenham pensamento crítico, até porque o comando está presente para planejar as ações e os oficiais estão presentes para executá-las. Tudo isso implica bastante na saúde mental dos mesmos.

Outro ponto que foi abordado diz respeito ao professor militar, ele leciona nos colégios militares que vem crescendo ao longo do tempo, e tem como foco um ensino de qualidade, disciplina e respeito e segue as normas do exército brasileiro. O corpo docente dessa instituição é formado por professores civis e militares. Os professores militares que lecionam nessas instituições além das questões pedagógicas que seu cargo exige que pode ultrapassar as horas de trabalho, chegando a 40 horas/aula semanais. Seja em reuniões, atendimento aos alunos, atividades externas, como planejamento das aulas, correção das provas e trabalhos dos alunos que geralmente ocorre nas suas horas vagas, deixando esses profissionais totalmente a mercê da instituição, sem tempo para a vida pessoal, cansados. Às vezes sem sentir prazer ao realizar esse trabalho e totalmente estressados.

Assim, essa rotina de trabalho gera esgotamento por extrapolar as horas de trabalho e cansaço mental. Esse professor militar tende a lidar com duas vertentes. Uma delas são as

obrigações como professor militar como: aulas, reuniões, planejamentos, atendimento aos alunos e outras e também ter que lidar com as obrigações de militar, como: chamadas fora do horário de trabalho, eventos que exige a participação do mesmo pois a ordem foi dada pelo comando\diretor.

Portanto, salienta-se a importância de mais discursões sobre essas duas atuações, o grau de adoecimento e as consequências geradas por duas funções distintas. Ressalta-se também que os colégios militares estão crescendo e vão ter mais profissionais nessa área, ressaltando também o papel ético do profissional psicólogo em inferir um olhar atento à realidade social, construindo críticas e rupturas e resistências às formas de controle social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. de S.; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00087318, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000503002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000503002). Acesso em: 11 de dez de 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Saúde dos professores. São Paulo, 2003. Disponível em: [http://www.apeoesp.org.br/especiais/saude\\_professor.htm](http://www.apeoesp.org.br/especiais/saude_professor.htm). Acesso em: 15 de maio de 2020.

AMADOR, F. Spanier et al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 3, p. 54-61, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000300009&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000300009&script=sci_arttext). Acesso em: 10 de setembro de 2019.

AZEVEDO, S. Vieira. O Motim e a Revolta: a " greve militar", e sua importância na busca pelo reconhecimento do exercício de um direito fundamental. 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/9174/1/SVAzevedo.pdf>. Acesso em: 28 de set de 2018.

BRAGA, T. **Comando da Polícia Militar deixa regras mais rígidas**. Jornal O Povo. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/06/10/noticiafortalezajornal,2254898/comando-da-policia-militar-deixa-regras-mais-rigidadas>. Shtml. Acesso em: 11 de jun de 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Representante no Brasil da OPAS/OMS. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Dias E. C. et al. (Org). Brasília, DF, 2001. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho1.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf). Acesso em: 11 de maio de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 1679, de 19 de setembro de 2002. **Dispõem sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília**, DF. 20 set. 2002. Disponível em:

<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1679.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho-PNSST. **Diário Oficial da União**, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm). Acesso: em 04 de nov de 2019

BRASIL. Constituição (1988). Art. 211 Emenda constitucional nº. 14 de 12 de setembro de 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm). Acesso em: 01 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial. Normas para planejamento e conduta de ensino. Brasília. 1999. Disponível em:

[http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/portaria\\_n\\_300.pdf](http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/portaria_n_300.pdf). Acesso em; 05 de maio de 2020.

BRASILEIRO, Exército. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Normas para Elaboração e Revisão de Currículos**, 2000. Disponível em:

[www.decex.eb.mil.br/port/\\_leg\\_ensino/7\\_funcionamento\\_anual\\_estb\\_ens/20\\_port\\_037\\_DEC\\_EX\\_04Abr2012\\_NR\\_DE\\_IR\\_DO\\_DECEX.pdf](http://www.decex.eb.mil.br/port/_leg_ensino/7_funcionamento_anual_estb_ens/20_port_037_DEC_EX_04Abr2012_NR_DE_IR_DO_DECEX.pdf). Acesso em: 07 de junho de 2020.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de burnout e o trabalho docente. **Psicologia em estudo**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 11 de maio de 2020.

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, CDAPH, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001300508>. Acesso em: 24 de fev de 2020.

CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 403-410, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722011000400003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000400003). Acesso em: 05 de jan de 2020.

CATTANI, A. David et al. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível me: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v12n2/a14v12n2.pdf>. Acesso em: 20 de nov de 2019.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. dos S. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, p. 1017-1026, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2006000500014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2006000500014&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 de jan de 2020.

CEARÁ, ESTADO. **Análise das causas excludentes da responsabilidade disciplinar do agente público militar do estado do Ceará**. 2006. Disponível em: <<https://www.pm.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/25/2018/01/EstatutoMilitares.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

COELHO-LIMA, F.; COSTA, A. L. F.; YAMAMOTO, O. H. O exercício profissional do psicólogo do trabalho e das organizações: uma revisão da produção científica. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, v. 11, n. 2, p. 21-35, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2009.v13n30/107-119/>>. Acesso em: 11 maio. 2018.

Clot, Y. (1998). Le sujet au travail. In J. Kergoat (Org.), *Le monde do travail* (pp. 165-171). Paris: La Découverte.

DA LUZ SANCHES, R. A. **Instituição escolar: relações de poder através da disciplina**. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/VISSSociologia/trabalhos/textos/TEXT0%2007%20-%20%20%20RAFAEL%20SANCHES.pdf>. Acesso em: 11 de jan de 2020.

DE SOUZA, G. M. **Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB): uma referência de gestão educacional da rede federal de ensino brasileira**. Universidade Católica de Brasília-UCB, Brasil. 2016. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/IBERO...IV/GT1/.../GabrielaMenezesdeSouza\\_GT1\\_Iintegral.Pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO...IV/GT1/.../GabrielaMenezesdeSouza_GT1_Iintegral.Pdf). Acesso em: 11 de julho de 2019.

DELCOR, N. S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 187-196, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2004.v20n1/187-196/pt>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. In: **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 1988. Disponível em: [https://www.crarj.adm.br/publicacoes/acervo\\_digital/christophe\\_dejours/A\\_Loucura\\_do\\_Trabalho/index.html](https://www.crarj.adm.br/publicacoes/acervo_digital/christophe_dejours/A_Loucura_do_Trabalho/index.html). Acesso em: 14 de set de 2019.

DO CEARÁ, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. Código de Disciplina nº 1, de 11 de janeiro de 2006. **Estatuto dos Policiais Militares do Ceará. Fortaleza**, p. 1-117, 2006. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/25/2018/01/EstatutoMilitares.pdf>. Acesso em: 12 de set de 2018.

ERVING, G. **Manicômios, prisões e conventos**. Coleção Debatesl, n. 91, 1974. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/Manicomios-prisoas-e-conventos.pdf>. Acesso em: 11 de set de 2018.

FERREIRA, D. K. S. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE**. 2009. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fiocruz, Recife. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10459/1/216.pdf>. Acesso em: 01 de fev de 2019.

FERREIRA, D. K. da S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. da S. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 989-1000, 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902012000400016&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902012000400016&script=sci_abstract&tlng=p)t. Acesso em: 12 de set de 2019.

FINN, Peter et al. **Developing a law enforcement Stress Program for Officers and Their Families**, USA: U.S Department of justice, March, 1997. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=9R6xA6YkUDcC&oi=fnd&pg=PP10&dq=FINN,Peter+et+al.+Developing+a+law+enforcement+Stress+Program+for+Officers+and+Their+Families,+USA:U.S+Departament+of+justice,+March,+1997.&ots=nRjL1cY\\_df&sig=qhAQSiFzNSy5-2UN4HWpjeBdCm0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=9R6xA6YkUDcC&oi=fnd&pg=PP10&dq=FINN,Peter+et+al.+Developing+a+law+enforcement+Stress+Program+for+Officers+and+Their+Families,+USA:U.S+Departament+of+justice,+March,+1997.&ots=nRjL1cY_df&sig=qhAQSiFzNSy5-2UN4HWpjeBdCm0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 11 de dez de 2019.

FIGUEIREDO, A. J.; FONTES, A. S. **Breve introdução à história dos colégios militares no Brasil**. Est. General Gustavo Cordeiro de Farias, 1958. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Breve\\_introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_hist%C3%B3ria\\_dos\\_col.html?id=\\_LGzGQAACAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Breve_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_hist%C3%B3ria_dos_col.html?id=_LGzGQAACAAJ&redir_esc=y). Acesso em: 23 de nov de 2019

FLACH, L. *et al.* Sofrimento psíquico no trabalho contemporâneo: analisando uma revista de negócios. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a06.pdf>. Acesso em: 11 de nov de 2019

FONSECA, CCOP. **O adoecer psíquico no trabalho do professor de ensino fundamental e médio da rede pública no estado de Minas Gerais. 2001**. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79890>. Acesso em: 15 de fev de 2020.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222010000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009). Acesso em: 05 de jun de 2019.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222010000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009). Acesso em: 08 de jan de 2020.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1963-1970, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1963.pdf>. Acesso em: 17 de jul de 2019.

HARTMANN, E.; BECKER, E. L. S. O perfil dos docentes do colégio militar de Santa Maria-RS. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 40, p. 01-24, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1226/1419>. Acesso em: 20 de out de 2019.

KARASEK, R.T.T. Health work: stress, productivity, and reconstruction of working life. New York: Basic Books, 1990. Disponível em: <https://lib.ugent.be/en/catalog/rug01:000211014>. Acesso em: 14 de jan de 2020.

LACAZ, F. A. de C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 757-766, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n4/02.pdf>. Acesso em: 11 de jan de 2020.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro et al. **Saúde do Trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia dos serviços e do movimento sindical**. 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313672>. Acesso em: 01 de fev de 2019.

Lei Complementar nº10.990, de 18 de agosto de 1997. **Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, n.157, 19 ago. 1997, p.1. Disponível em: <http://www.bombeiros-bm.rs.gov.br/Legislacao/LeiEst10990-18ago1997.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LYRA, G. F. D. et al. Sofrimento psíquico e trabalho docente—implicações na detecção de problemas de comportamento em alunos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 724-744, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812013000200017](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000200017). Acesso em: 05 de jan. 2020.

MARTINEZ, Maria Carmen; PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra. Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 6, p. 59-78, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25851>. Acesso em: 23 de nov de 2019.

MELATTI-UEL, G. A. **Qualidade de Vida no Trabalho de Policiais civis: um estudo na área da 11ª subdivisão Policial de Cornélio Procópio/Pr**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12578950/qualidade-de-vida-no-trabalho-de-policiais-civis-um-estudo-na->. Acesso em: 11 jan. 2020.

MENANDRO, P. R. M.; SOUZA, L. **O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade**. **Psicologia USP**, v. 7, n. 1-2, p. 133-141, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34536/37274>. Acesso em: 11 out. 2019.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2011.v16n4/2199-2209/pt>. Acesso em: 13 de mar de 2018.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde de policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y28rt>. Acesso em: 11 de agosto 2018.

MINAYO, M. C., SOUZA, E. R., & CONSTANTINO, P. (2007). **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública.** *Cadernos de Saúde Pública*, 23(11), 2767-2779. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n11/23.pdf>. Acesso em: 11 de set de 2018.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro.** Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y28rt/pdf/minayo-9788575413395.pdf>. Acesso em: 08 jun. de 2019.

MORAES SALES, L. J.; DE SÁ, L. D. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, p. 181-206, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.>hp/rpcsoc/article/view/4279>. Acesso em: 23 abril. 2019.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 23, n. 3, p. 236-247, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2018000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300004). Acesso em: 09 abril. 2019.

MUNIZ, H. P. *et al.* Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, v. 38, n. 128, p. 280-291, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572013000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000200015). Acesso em: 23 jan. 2020.

MURTA, Agnes Maria Gomes et al. Da Atividade prescrita ao real da atividade: análise da atividade docente em uma escola regular, sob a perspectiva da psicologia sócio-histórica e da clínica da atividade. 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16384/1/Agnes%20Maria%20Gomes%20Murta.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

NASCIMENTO, D. A.; CERQUEIRA, T. C. S. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 4, p. 899-912, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n4/1517-9702-ep-s1517-9702201506127080.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

NOGUEIRA, J. G. Educação militar: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/bitstream/123456789/2266/1/Jefferson%20Gomes%20Nogueira.pdf>. Acesso em: 12 de jan de 2020.

OLIVEIRA, A. A. S.; BASTOS, J. A. Saúde mental e trabalho: descrição da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 17, n. 2, p. 239-254, 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S151637172014000300007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S151637172014000300007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 jan. 2020.

PINHEIRO, V. L.; LUCENA, C. A. As escolas públicas de educação básica do estado de Goiás e a gestão da Polícia Militar. **IN: ANAIS DA XII JORNADA DO HISTEDBR e X**

**SEMINÁRIO DE**, p. 543-556, 2014. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada12/artigos/2/artigo\\_eixo2\\_336\\_1410819214.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/2/artigo_eixo2_336_1410819214.pdf). Acesso em: 15 de jan de 2020.

PORTELA, Andrey; BUGHAY FILHO, Almiros. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Lecturas: Educación física y deportes**, v. 106, p. 13, 2007. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd106/nivel-de-estresse-de-policiais-militares.htm>. Acesso em: 26 de jan de 2020.

REIS, E. J. F. B. et al. Docência e exaustão emocional. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan.-abr. 2006. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a12v27n94.pdf>. Acesso em: 10 de jan de 2020.

RODRIGUES, P. F.; ALVARO, A. L. T.; RONDINA, R. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 4, n. 7, 2006. Disponível em:  
[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/lh21p1ieajxlwck\\_2013-5-10-15-30-2.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1ieajxlwck_2013-5-10-15-30-2.pdf). Acesso em: 13 de nov de 2019.

SANDES, W. F. **Dimensões da ação policial em uma troca de tiros: Um estudo psicossociológico da decisão pelo uso da força letal**. 2013. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013. SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. 28. Ed. São Paulo, Editora Cultrix. Disponível em:  
[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250843/1/Sandes\\_WilquersonFelizardo\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250843/1/Sandes_WilquersonFelizardo_D.pdf). Acesso em: 11 de out de 2019.

SANTANA, S. L.; SABINO, A. D. V. Estresse policial militar: efeitos psicossociais. **Rev. Conexão**, v. 9, 2012. Disponível em:  
[aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf](http://aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf)>. Acesso em: 15 de fev de 2019.

SANTOS, J. V. T. dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 9, n. 1, 1997, p. 155-167. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v9n1/v09n1a08.pdf>. Acesso em: 05 de jan de 2020.

SILVA, M. L. **Centro de educação programa de pós-graduação em educação mestrado acadêmico em educação**. 2016. tese de doutorado. universidade estadual do Ceará. Disponível em:  
<http://www.uece.br/ppgewp/wpcontent/uploads/sites/29/2015/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-MAIARA-LOPES-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 11 de nov de 2019

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e sociedade**, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902008000400016&script=sci\\_abstract&lng=p t](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902008000400016&script=sci_abstract&lng=p t). Acesso em: 16 de abri de 2019.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 03 de abril de 2019.

VIEIRA, H. P. **Estresse ocupacional, síndrome de burnout e Hardiness em professores de colégio militar**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Campo Grande-MS: Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8018-estresse-ocupacional-sindrome-de-burnout-e-hardiness-em-professores-de-colegio-militar.pdf>. Acesso em: 11 de set de 2018.